

Hugo Chávez e a América Latina: as consequências de um legado

Introdução

Anatólio Medeiros Arce¹

Em 5 de março de 2013 o governo da Venezuela anunciou a morte do presidente Hugo Chávez, após dois anos de luta contra um câncer na região pélvica. Em abril do mesmo ano, o sucessor Nicolás Maduro foi eleito presidente da Venezuela em uma eleição controversa, acirrada e influenciada pela comoção em vista do falecimento do presidente Chávez. Maduro, por sua vez, conquistou nas urnas a oportunidade de continuar as políticas e de difundir o pensamento propagado na era Chávez (1999-2013), dando prosseguimento ao processo político desencadeado após 1999, conhecido como Revolução Bolivariana.

A primeira conquista significativa de Chávez no poder foi a promulgação da nova Constituição em dezembro 1999, também conhecida como Carta Magna Bolivariana. Nela, não apenas a figura de Simón Bolívar foi institucionalizada e tornou-se o principal símbolo de representação do regime, como também permitiu a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos e a possibilidade de reeleição ao cargo de presidente da República. Em 2009, ou seja, dez anos mais tarde, tal dispositivo foi ampliado permitindo a reeleição sem limites, motivo pelo qual Chávez foi reconduzido pela quarta vez ao Miraflores (sede do governo venezuelano) em 2012. Devido ao fato de ter permanecido no poder por longo período em comparação com os presidentes dos países vizinhos a Venezuela, onde há limites à permanência no cargo, a figura do presidente Chávez e os desdobramentos políticos na Venezuela durante seu governo se tornaram imensamente complexos de serem analisados, principalmente à luz de conceitos e categorias que simplificam o processo vivido pelo país entre 1999 e 2013.

Por isso, a esse respeito uma grande variedade de livros foi escrito, ainda com o processo em curso.

A socióloga chilena Marta Harnecker² enxergava o governo Chávez pelas suas particularidades, isto é, em sua visão se tratava de um processo político que se dizia

1. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição e editor da *Revista Eletrônica História em Reflexão* (REHR).

revolucionário, porém havia sido instalado através de eleições, implementou suas transformações político-administrativas de igual forma e era conduzido por um ex-militar. Ademais, Harnecker também lembrava que a Revolução Bolivariana havia sido incapaz de erradicar um dos maiores problemas do Estado venezuelano, o qual nas décadas de 1960 e 1970 havia mitigado as vantagens econômicas obtidas através dos altos preços do petróleo no mercado internacional: a corrupção.

O historiador mexicano Enrique Krauze³ analisava o governo Chávez como um processo contínuo de concentração de poderes nas mãos do presidente da República. Isso era visto como prejudicial à democracia, ao passo que Chávez se apoderava de figuras históricas do país – a exemplo de Simón Bolívar, Ezequiel Zamora, Andrés Bello, dentre outros – como justificativa a fim de obter mais poderes, se manter no cargo de forma indefinida e propagar a corrupção. Com isso, afirmava que Chávez possuía ‘inclinações fascistoides’ em suas posturas e propostas. Krauze classifica a Revolução Bolivariana como ‘o poder e o delírio’, conforme intitulou seu livro, um dos últimos a ser lançado com o presidente da Venezuela ainda vivo.

Apesar das inúmeras divergências e diversas interpretações envolvendo escritores, jornalistas e estudiosos sobre a Venezuela que se ocuparam especificamente da era Chávez, com o desaparecimento do líder da Revolução Bolivariana do cenário político concluiu-se um período na história da Venezuela do início do século XXI. Tal momento foi marcado por profundas transformações estruturais, sucessivas altas nos preços do petróleo no mercado internacional e forte questionamento da presença norte-americana na região. Como consequência, houve a imersão de uma política externa que priorizou a integração com a América Latina (via MERCOSUL e Cuba) e a propagação de um pensamento contra-hegemônico e anti-imperialista, sob o qual as hostilidades entre Caracas e Washington se fundamentaram.

Porém, qual foi o principal legado de Chávez nos anos em que esteve no poder? Sua morte é capaz de ameaçar o projeto de poder intitulado de Revolução Bolivariana? Visando melhor compreender esses e outros questionamentos a *Revista Eletrônica História em Reflexão* (REHR) entrou em contato com o professor-doutor Luis Fernando Ayerbe. Ayerbe possui larga experiência com pesquisa nas áreas de História das Relações Internacionais e Estudos Internacionais, atuando, em suma, com os seguintes temas: América Latina

2. HARNECKER, Marta. *Um homem, um povo*. Tradução: Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

3. KRAUZE, Enrique. *O poder e o delírio*. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: Benvirá, 2013.

Contemporânea, Política Externa dos Estados Unidos, Relações Interamericanas, entre outros.

Ademais, o professor Luis Fernando Ayerbe é autor e organizador de livros que tratam sobre os temas assinalados acima, dentre os quais se destacam *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*⁴; *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*⁵; *A revolução cubana*⁶; *Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina*⁷; além de muitos outros.

A entrevista foi concedida a *REHR* na ocasião do 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas) em julho de 2013. Como método utilizou-se questionário com perguntas pré-estabelecidas e as respostas do professor Ayerbe foram gravadas em áudio. Posteriormente, ela foi transcrita e remetida via e-mail ao entrevistado para serem realizadas as correções, os ajustes e os incrementos.

Boa leitura!

Entrevista

REHR: Primeiramente, gostaria de agradecer ao senhor, professor Luis Fernando Ayerbe, pela disponibilidade em nos conceder essa entrevista. Dessa forma, começamos pedindo para que discorresse sucintamente sobre sua inserção institucional.

LUIS FERNANDO AYERBE (LFA): Eu que agradeço a oportunidade. Sou professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde coordeno o Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) e atuo nas áreas de História Geral e Relações Internacionais nos cursos de graduação de Ciências Sociais e Ciências Econômicas e nos programas de pós-graduação San Tiago Dantas de Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e Puc/SP, e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, da Cátedra Unesco-Unesp de Educação no Campo.

4. AYERBE, Luis Fernando (org). *Novas lideranças políticas e alternativas de governos na América do Sul*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

5. _____. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora Unesp, 2002

6. _____. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

7. _____. (Org). *Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

REHR: *Durante o governo de Hugo Chávez, a Venezuela passou por inegáveis transformações estruturais. Elas englobaram diferentes âmbitos: o político, o econômico, a organização social, a estrutura administrativa do Estado, etc.. Essas mudanças refletiram na política externa da Venezuela (PEV). Na visão do senhor houve ruptura na PEV? Se houve, quais foram as principais transformações implementadas pelo presidente Chávez na inserção internacional venezuelana que se encontram além da supervalorização da figura do presidente da República?*

LFA: Ruptura total não houve porque há dois aspectos importantes que são parte da trajetória da Venezuela: o primeiro é o ativismo internacional, de apresentar-se como um país de uma certa excepcionalidade em termos de liderança regional, que já aparecia com o presidente Carlos Andrés Pérez; e o segundo é a diplomacia petroleira, que foi importante na projeção da Venezuela, principalmente a partir das duas crises do petróleo em 1973 e 1979, quando o país passou por uma bonança econômica pelo aumento dos preços do barril. A diplomacia petroleira, que seria o uso desse recurso como um fator de proeminência na agenda da política exterior, foi elemento de continuidade com Chávez. As diferenças vêm, por um lado, do ingrediente ideológico, quando entra a figura do “bolivarianismo”, incorporando a Bolívar como símbolo de retomada de uma trajetória história, numa leitura de pátria grande latino-americana, passando a justificar uma série de políticas. Outra diferença, associada à riqueza petroleira como um fator de poder, é sua concepção como elemento de distribuição de renda dentro da Venezuela e na ajuda externa, que se corporifica na criação da ALBA [Aliança Bolivariana para as Américas]. Isso também configura ruptura com o passado.

REHR: *A partir de 1999, com a ascensão de Chávez ao Miraflores, a relação da Venezuela com os Estados Unidos foi marcada por uma “guerra de versões” envolvendo ambos os lados. Houve uma mudança na maneira como a Venezuela passou a enxergar os norte-americanos, em vista do ocorrido ao longo da história venezuelana, sobretudo durante o Pacto de Punto Fijo (1958-1998). Duas questões: para o senhor, quais foram os principais elementos norteadores na relação entre Caracas e Washington? Há espaço para um retorno de relações diplomáticas mais “amenas”?*

LFA: A principal ruptura aconteceu a partir do golpe contra Chávez [abril de 2002] em que os Estados Unidos imediatamente reconheceram o novo governo. Isso já criou uma situação de imensa desconfiança entre Chávez, que retoma rapidamente o poder, e George

W. Bush. A partir daí as coisas se deterioraram bastante, um exemplo é a forma de participação de Chávez nas Cúpulas das Américas, em que até a Cúpula de Quebec [abril de 2001] não fazia um questionamento mais explícito da ALCA [Área de Livre Comércio das Américas]. Ele era basicamente uma voz solitária entre os presidentes no questionamento da não presença de Cuba em função do veto estadunidense, mas na Cúpula de 2005 na Argentina [Mar del Plata] o ativismo de Chávez se dá de forma muito mais nítida. Na época de Clinton isso não era tão claro. Com Bush, principalmente a partir dos atentados de setembro de 2001, passando pelo golpe de 2002 e o posterior ativismo da oposição propondo um referendun revocatório [agosto de 2004], o governo da Venezuela passa a identificar os Estados Unidos com a oposição interna, levando a um desencontro cada vez mais profundo entre os dois países.

REHR: *Tendo em vista a pergunta anterior, o papel ocupado pelo petróleo nas relações entre Venezuela e Estados Unidos na era Chávez foi o mesmo em vista dos governos venezuelanos anteriores a Chávez? Houve uma mudança de foco e uma manutenção da ‘mútua dependência’?*

LFA: A ‘mútua dependência’ permaneceu. Com todos os problemas entre Estados Unidos e Venezuela nunca se alterou a questão do comércio de petróleo. Então, a Venezuela continua sendo um grande exportador para os Estados Unidos, seu principal mercado. Isso não foi em absoluto questionado, por interesse dos dois países, que ao mesmo tempo buscaram, em perspectiva de médio e longo prazo, diversificação de parceiros comerciais que amenizaram a dependência.

REHR: *A Venezuela iniciou seu processo de adesão ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em julho 2006. Concluiu-o em 2012, de maneira considerada tumultuada quando o parlamento e a justiça do Paraguai (país onde se encontrava suspensa tal decisão) derrubaram o presidente Fernando Lugo em um procedimento rápido e discutível do ponto de vista democrático. Dessa forma, coloco duas questões: como o senhor analisa o argumento de que a Venezuela entrou no bloco pela “porta dos fundos”? Em sua visão, o quê a entrada da Venezuela no MERCOSUL representa para a integração da América Latina?*

LFA: Não entrou pela porta dos fundos. Acontece que só faltava o parlamento do Paraguai aprovar essa entrada da Venezuela e a estava protelando de forma preocupante. Então houve o evento da destituição de Lugo, que pegou os presidentes vizinhos de

surpresa. Nesse momento houve a condenação do golpe, mas como as pressões não surtiram efeito, passou-se a sancionar o Paraguai nos fóruns em que ele participa, o MERCOSUL, UNASUL, a OEA. No caso do MERCOSUL e UNASUL, onde o Brasil e a Argentina tem mais influência, o Paraguai foi suspenso. E no caso do MERCOSUL, os países membros aprovaram a entrada da Venezuela, mas não pela 'porta dos fundos', simplesmente os outros três países já tinham consenso sobre isso, bastava o parlamento paraguaio discutir. E acho que a entrada da Venezuela no MERCOSUL não tem que ser pensada a partir do governo que exerce eventualmente o poder, mas a importância da sua entrada ao bloco pelo que o país representa na região. Os governos passam. A Venezuela é um país muito rico, um grande mercado para os produtos do bloco e estratégico como parte da ampliação do MERCOSUL. A grande dificuldade conjuntural talvez seja mais para a Venezuela, para o seu setor privado não petroleiro que vai ter uma concorrência importante do empresariado argentino, brasileiro, essa é uma preocupação que há na Venezuela.

***REHR:** A Venezuela se aproximou de países como Rússia, China e Irã, os quais são vistos com ressalva pelos Estados Unidos em alguns aspectos. Tais adensamentos diplomáticos foram realizados por propósitos distintos em cada um dos casos. Dos russos, comprou armamentos. Dos chineses buscou vender seu petróleo ao imenso e expansivo mercado. Dos iranianos firmou parceria em cooperação no setor do petróleo e na construção de uma fábrica de suplementos alimentares para serem incrementados nas refeições de venezuelanos pobres. Como o senhor analisa a proximidade de Caracas com tais governos e quais reflexos isso pode acarretar na integração latino-americana e caribenha, bem como nas relações com Washington?*

LFA: Tem que separar alguns casos. Na compra de armas, a Venezuela tentou outros países. Quis comprar aviões do Brasil, mas os Estados Unidos boicotaram aplicando uma ressalva que eles têm com bens que tenham componentes fabricados no país. Então a Venezuela automaticamente buscou outras alternativas, principalmente da Rússia. Mas não foi essa a opção inicial do governo Chávez, mas uma consequência do fato de que lhe foram fechando portas. Então, com Rússia teve um acordo militar que acho que foi bom ter dado sequência. No caso da China é importante a diversificação de petróleo, pois a Venezuela depender apenas dos Estados Unidos não é bom, tem também os investimentos chineses na região que também beneficiam a Venezuela. Agora, no caso do Irã, para além dos temas de cooperação econômica e tecnológica em áreas não militares, acho problemático o componente político-ideológico que acabou adquirindo em termos das

relações conflituosas dos dois países com os Estados Unidos, um pouco na lógica do inimigo do meu inimigo é meu amigo, já que não vejo afinidade entre o nacionalismo de esquerda que Chávez buscou imprimir à República Bolivariana e o nacionalismo enraizado em fundamentos religiosos da República Islâmica. Do ponto de vista político-ideológico, não há grandes convergências, mas ao fazer essa opção, a Venezuela ficou um pouco distante na região de parceiros importantes como o Brasil.

REHR: *Tendo em vista a pergunta anterior, Hugo Chávez estabeleceu uma relação muito próxima com Cuba. A Venezuela se destacou como uma das principais colaboradoras da Ilha contra o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos desde a década de 1960 e reforçado na década de 1990. Duas questões: qual a importância de Caracas para Havana e de Havana para Caracas? O afastamento de Fidel Castro da presidência de Cuba e principalmente a morte do presidente Chávez pode diminuir a intensidade do adensamento diplomático?*

LFA: Bom, um aspecto é que inicialmente Chávez era um militar com uma visão nacionalista, sem uma definição clara em termos da tradição da esquerda oriunda da Revolução Cubana, e a aproximação com Fidel Castro foi importante do ponto de vista dele passar a ter uma maior afinidade com essa outra perspectiva, que depois veio a colocar como referência o Socialismo do Século XXI. A parceria com Cuba do ponto de vista da aproximação política-ideológica foi importante pela ascendência que Fidel Castro teve em Chávez, que o enxergava no sentido político como um pai, e também a partir da ALBA que nasceu de um acordo entre Cuba e Venezuela e passou a aprofundar a relação através de uma série de convênios que inovaram, no caso da integração regional, incorporando a concepção do intercâmbio a partir do que cada país tem capacidades para contribuir. No caso da Venezuela petróleo, no caso de Cuba recursos humanos. Então foi muito importante essa questão para Cuba poder contar com o petróleo, num momento em que enfrenta déficits de energia, e a contribuição de seus recursos humanos alavancando os programas sociais implementados por Chávez, especialmente na medicina, reforçando o que disse antes da inovação que representou na história venezuelana a utilização de recursos do petróleo na melhoria das condições de vida da população mais pobre. Essa relação foi se aprofundando e agora surgem algumas incógnitas com o falecimento de Hugo Chávez. O que acontece? Não é somente a saída do líder fundacional do processo bolivariano, tem também a crise econômica pela qual a Venezuela passa e o fato de que [Nicolás] Maduro, a partir da indicação de Chávez de que deveria ser seu sucessor, teve

poucos meses para construir sua liderança para enfrentar a contenda eleitoral, legitimando-se como referência numa disputa com Capriles que já vinha da experiência de campanha do ano anterior. Já como Chefe de Estado, no contexto econômico que o país vive e com a força demonstrada pela oposição na última eleição presidencial, Maduro tem uma agenda interna que é urgente, prioritária. Eu acho que nesse aspecto a ALBA, especialmente no vínculo com Cuba, buscará não fazer mudanças substanciais, é uma opção estratégica, mas por necessidade, o governo venezuelano terá que fazer algumas escolhas e estabelecer prioridades. Ele [Maduro] diz que não vai mexer em nenhum programa, mas de fato o ativismo de Chávez com os recursos que o país dispunha já não é possível, seja pela menor liderança de Maduro como pela forte redução da capacidade de financiamento da economia nacional.

***REHR:** Pensando em termos históricos, qual o principal legado de Chávez na América Latina? O senhor pensa que suas ideias perdurarão? Há como fazer uma análise neste sentido, professor?*

LFA: Antes de responder essa pergunta, que considero muito importante, quero esclarecer que minha resposta, assim como nas questões anteriores, não se vincula às minhas eventuais preferências políticas, procuro interpretar como analista. Então, voltando à pergunta, creio que o ideário bolivariano, na forma em que Hugo Chávez o formulou, não será um catalizador de processos políticos regionais como foi até este momento. Chávez personalizou muito sua Revolução, fortemente associada à sua iniciativa, à sua liderança. A tradição bolivariana tem peso na Venezuela, e também na Colômbia, um pouco no Equador, embora também estejam presentes as referências indígenas andinas pré-colombianas, que por outro lado predominam no Peru e na Bolívia. Na Argentina, no Brasil, no Uruguai, no Paraguai e no Chile, a figura de Bolívar não é relevante como fator mobilizador de utopias. Por outro lado, seja no caso da Venezuela ou da Colômbia, as leituras do legado de Bolívar são diversas. Os governos anteriores a Chávez, assim como os diversos governos da Colômbia, reivindicam sua figura como libertador, mas não partilham da mesma narrativa associada a um projeto de futuro. Então, creio que a leitura chavista do ideal bolivariano poderá persistir, mas não como algo que mobilize governos na dimensão adquirida com Chávez, assim como a linha de continuidade direta que ele estabeleceu com um Socialismo do Século XXI que não foi claramente formulado. Qual Socialismo do Século XXI? Tem a perspectiva da Bolívia de Evo Morales, de [Rafael] Corrêa no Equador. Penso que o chavismo vai prevalecer como uma lembrança do seu significado em termos de mudança

substancial da vida da população mais pobre nos anos em que esteve no governo, como aconteceu com Perón na Argentina, e da mesma forma que no Justicialismo, se prolongará institucionalmente através de um partido político, o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela), também com fortes divisões internas. Mas em termos de ideário, está muito ligado à personalidade do líder e não a um conjunto de ideias coerentes, profundas, como aconteceu, pensando na filiação à esquerda do Chávez, com referentes do socialismo que exerceram o poder como Lênin e Mao.

***REHR:** Dentre as teorias das Relações Internacionais, tomemos algumas delas, quais sejam: o realismo, o liberalismo, a teoria crítica e o construtivismo. Qual delas o senhor pensaria como a mais apropriada como aporte teórico na análise da política externa da Venezuela durante a era Chávez? Ou o senhor enxergaria todas elas como apropriadas ou pensaria em apenas uma?*

LFA: Vou começar com essa seleção, depois vou ampliar para outras perspectivas. O realismo, centrado no Estado, na ideia de poder, de interesse nacional, está muito presente em Chávez. Há uma visão de projeção de poder a partir do Estado como o principal ator na defesa dos interesses nacionais. Mas também há a noção de construção de um ideário, do bolivarianismo ao Socialismo do Século XXI, como fator de mobilização e construção de identidades. Aquilo que [Raymond] Aron chamava, referindo-se aos Estados Unidos e à ex-União Soviética, como 'potências ideocráticas', ou seja, que concebem utopias capazes de justificar a projeção internacional de uma comunidade nacional. Há um componente institucionalista na preocupação com a criação de instituições como parte inerente de um multilateralismo que ao mesmo tempo fosse um contrapeso ao unilateralismo estadunidense e fator de consolidação e promoção da revolução bolivariana, exemplificado na ALBA, na Petrocaribe entre outras. Mas o seu discurso, fundamentalmente, tem que ser colocado na tradição das teorias do imperialismo, que do ponto de vista do vínculo marxismo-relações internacionais tem em Lênin um importante referente. A relação de Chávez com os Estados Unidos, assim como seus discursos, sempre colocavam o tema da oposição à hegemonia do Império, termo muito utilizado por ele. Creio que do ponto de vista mais articulador em termos da perspectiva que Chávez tinha da política exterior está a relação imperialismo-antiimperialismo num sentido que opõe dominação-libertação, penso ser essa a referência mais próxima do chavismo em termos de teoria das relações internacionais.

REHR: *Para encerrar, o senhor gostaria de fazer mais algum comentário?*

LFA: Não, não. Está ótimo.

REHR: Muito obrigado, professor Luis Fernando Ayerbe.

LFA: Obrigado você.

Elaboração do questionário: Anatólio Medeiros Arce.

Belo Horizonte – MG, 24 de julho de 2013.